



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

**DE SESSÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº
023/2022/CPLO/SUPEL/RO**

PROCESSO: Nº 0069.006001/2022-97/SEOSP/RO

OBJETO: Revitalização da Praça no Distrito de Vista Alegre do Abunã, Município de Porto Velho – RO.

DATA DA SESSÃO: 26/09/2022.

HORÁRIO: 08h.

Aos **vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois às oito horas**, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito a Av. Farquar, nº 2986 - Bairro Pedrinhas - Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9263, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela **Portaria nº 09 de 17 de janeiro de 2022 e Portaria nº 90 de 04 de agosto de 2022**, para proceder ao exame dos recursos administrativos interpostos, tempestivamente, pelas empresas **PILAR CONSTRUÇÕES EIRELI ID (0032012684)** e **ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP LTDA ID (0032153478)**, contra decisão de habilitação realizada na Ata de Reunião de 05/09/2022, e disponibilizado no site endereço eletrônico www.rondonia.ro.gov.br/supel na mesma data, referente à **Tomada de Preços nº 023/2022/CPLO/SUPEL/RO**, em referência, que teve sua sessão inaugural em 05/09/2022 às 09h.

I- DAS PRELIMINARES

- 1.) Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **PILAR CONSTRUÇÕES EIRELI e ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP LTDA**, ambas contrariando o Resultado do julgamento dos documentos de HABILITAÇÃO referente à **Tomada de Preços nº 023/2022/CPLO/SUPEL/RO**.
- 2.) CONTRARRAZÕES – não houve interesse por parte das empresas participantes do certame em contrarrazoar.
- 3.) Recurso administrativo com base na Lei Federal nº 8.666/93, Jurisprudências e Doutrinas.

II- DAS FORMALIDADES

Cumpridas as formalidades legais, registre-se que foi cientificado as demais licitantes da existência e trâmite dos RECURSOS ADMINISTRATIVOS interpostos, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo Licitatório retro identificado, divulgado o Aviso de Recurso ID (0032159597) e disponibilizado na íntegra os referidos recursos no “site” da SUPEL – www.rondonia.ro.gov.br/supel.

III- DAS ALEGAÇÕES DOS RECURSO ADMINISTRATIVOS

PRIMEIRA RECORRENTE: A empresa **PILAR CONSTRUÇÕES EIRELI**, insurge-se contra a decisão da Comissão de Licitação, que a inabilitou por não ter apresentado Registro ou inscrição da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, contrariando o exposto no item 16.4, alínea "a" do edital, alegando que:

1) Apresentou Certificado de Registro Cadastral – CRC emitido pela SUPEL/RO, documento exigido para a modalidade de licitação em tela, e que no referido documento o registro da empresa recorrente na entidade profissional está dentro da validade,

2) Afirma ainda que (...) *A comissão NÃO pode descumprir o edital, seus membros e todo o poder público que rege o processo licitatório estão vinculadas as normas contidas nele, se o ITEM 13.1.1 exige que seja apresentado o Certificado de Registro Cadastral – CRC emitido pela SUPEL/RO, É DEVER da comissão de licitação aceitar e usar esses documentos no processo. No Certificado de Registro Cadastral – CRC apresentado pela PILAR CONSTRUÇÕES consta a CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA Nº 737260, com data de validade até 07/11/2022 no Certificado de Registro Cadastral – CRC. Uma simples conferência da Comissão de Licitação teria sido o suficiente para constatar que cumprimos o que pede no referido item do edital (...)*

3) Argumenta que o art. 3º da Lei Federal 8.666/93 que reza:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos (grifo da recorrente)

Segundo a empresa **PILAR CONSTRUÇÕES EIRELI** a determinação do referido artigo demonstra claramente que o edital de licitação é a lei entre as partes. Segundo a empresa, nem à administração e nem aos licitantes é permitida interpretação diversa daquela que está consignada no edital.

Solicita da CPLO que seja feita diligência no Certificado de Registro Cadastral -CRC emitido pela SUPEL/RO.

Por último, que seja reformada a decisão anteriormente proferida em ata pela Comissão de Licitação, possibilitando a participação da requerente na próxima fase do certame.

IV- DA ANÁLISE DOS FATOS quanto ao RECURSO:

A CPLO ao compulsar a documentação de habilitação apresentada pela primeira empresa recorrente constatou que a ausência do Registro ou inscrição da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, exigência de prevista no edital no item 16.4, alínea "a", em conformidade com o art. 30, I, da Lei 8.666/93.

A empresa recorrente ao alegar que essa Comissão de Licitação incorreu em erro ao inabilitá-la, tendo em vista que a mesma cumpriu com o item 13.1.1 do edital, apresentando o CRC emitido pela SUPEL-RO, requisito indispensável para a modalidade Tomada de Preços, onde ali consta que o Registro ou inscrição da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU está válido, não se atentou para o edital como um todo, senão vejamos.

A **PILAR CONSTRUÇÕES EIRELI** pleiteia a modificação do resultado da Ata emitida pela CPLO onde a mesma fora inabilitada, argumentando que a administração está descumprindo as normas do edital.

O próprio edital em seu subitem 16.2.1 relaciona os documentos que poderão ser substituídos pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral -CRC, emitido pela SUPEL-RO, e desde que as certidões estejam válidas, se vencidas, deverão ser anexadas com a documentação de habilitação. Na relação dos retromencionados documentos, o Registro ou inscrição da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU não é abrangido, tendo em vista que a comprovação de que o responsável técnico que responderá pela execução do objeto é

pertencente ao quadro da licitante, está elencado na alínea "c1", item 16.4 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - EDITAL.

Dessa forma sim, fica evidenciado a não vinculação da documentação ora apresentada às normas do instrumento convocatório. Confrontando um dos princípios basilares do procedimento licitatório.

Cabe transcrever a lição do mestre Hely Lopes Meirelles acerca do edital, segundo o qual: " A vinculação ao edital é princípio básico de toda a licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado .O Edital é a lei interna de licitação e , como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41) " ("in" "Direito Administrativo Brasileiro", Malheiros Editores, São Paulo, 29ª ed., 2004, p.268). " Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório: “ é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416.)

SEGUNDA RECORRENTE: A empresa **ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP LTDA**, contraria a decisão da Comissão de Licitação emitida em Ata datada em 05.09.2022, que a inabilitou por não apresentar a Certificado de Registro Cadastral – CRC emitido pela SUPEL/RO contrariando os itens 13.1.1 e 16.2.1 do edital, alegando que:

- 1) a licitação destina-se a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Ainda que a CPLO ao inabilita-la contrariou seu próprio edital e a legislação vigente.
- 2) Afirma ainda que (...) *De fato, nossa empresa deixou de apresentar o documento CRC, MAS APRESENTAMOS TODOS OS NOSSOS DOCUMENTOS COM DATA 3 DIAS ANTES DA DATA PREVISTA PARA ABERTURA DO CERTAME, conforme estabelece o artigo nº 22, § 2º DA LEI 8.666/93, por isso, é totalmente injustificado a tese elaborada pela CPLO para inabilitar os documentos da empresa Zig. (...)*
- 3) que a empresa recorrente apresentou todos os documentos solicitados pelo edital, bem como todos os documentos relacionados no art. 27 a 31 da lei 8.666/93.

PEDIDO: Necessidade de reformulação da ata, habilitando os documentos apresentado pela empresa **ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP LTDA**.

V - DA ANÁLISE DOS FATOS quanto ao RECURSO:

A Comissão de Licitação ao compulsar os autos constatou que inabilitou a empresa **ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP LTDA** acertadamente pois a mesma deixou de apresentar o Certificado de Registro Cadastral - CRC expedido pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL-RO, descumprindo o item 13.1.1 do edital, acima transcrito. É o entendimento do Tribunal de Contas da União, como se vislumbra nos acórdãos abaixo:

(...) uma das distinções da modalidade de licitação Tomada de Preços das outras é, justamente, a existência da habilitação prévia à abertura do procedimento, mediante o cadastramento dos interessados nos registros cadastrais da Administração. E, para atender ao princípio da competitividade, os não previamente cadastrados têm garantida a possibilidade e se inscreverem até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, contanto que satisfaçam as exigências para a devida qualificação." Acórdão 718/2009 Primeira Câmara (Relatório do Ministro Relator) (grifo nosso).

“ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS - CADASTRO - CONDIÇÃO DE INGRESSO.1) Na modalidade tomada de preços **o cadastro é condição de ingresso, consoante determinação da norma jurídica estampada no artigo 22, 2º da Lei n. 8666/1993, de que, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, imprescindível é o cadastramento dos interessados em participar da licitação;** 2) Agravo de Instrumento a que se dá provimento. (3184220118030000 AP, Relator: Desembargador AGOSTINO SILVÉRIO, Data de Julgamento: 21/07/2011, CÂMARA ÚNICA, Data de Publicação: no DJE N.º 143 de Sexta, 05 de Agosto de 2011)” **(grifo nosso)**.

Outrossim, ressalva Diógenes Gasparini: “***Da tomada de preços só podem participar as pessoas previamente inscritas no registro cadastral e as que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas (art. 22,§2º). Dois, portanto, são os grupos que podem participar dessa modalidade de licitação. O primeiro, o dos já cadastrados, portadores de Certificados de Registro Cadastral em vigor, (cadastramento normal), e o dos não cadastrados mas que atendam a todas as condições de cadastramento e demonstre nesse prazo o interesse de participar da tomada de preço aberta (cadastramento especial).*** Não obstante a diversidade da formalidade e da época do cadastramento, os integrantes dos dois grupos deverão estar cadastrados, daí nossa definição, só mencionar interessados cadastrados. A qualificação dos interessados é prévia, ou seja, efetivada por ocasião do cadastramento normal ou na oportunidade do cadastramento especial.” (Direito Administrativo, 13ª ed., Saraiva, São Paulo, 2008, pp. 566/567) Trata-se de uma **característica desta modalidade**. A empresa interessada em participar da licitação deve se cadastrar. Caso contrário, não conseguirá participar da licitação. Essa Comissão de Licitação vislumbrou que a empresa recorrente **ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP LTDA** além de não apresentar o **Certificado de Registro Cadastral**, não comprovou condições de cadastramento dentro do prazo previsto no art. 22, § 2º da Lei Federal 8.666/93, e ainda, cumpre ressaltar que a CPLO diligenciou junto ao Cadastro de Fornecedores da SUPEL constatando que a empresa **ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP LTDA** estava com o Certificado vencido. A recorrente ao afirmar em seu recurso administrativo que a Comissão de Licitação cometeu um equívoco ao exigir a apresentação do CRC no edital é descabida, poderia ter solicitado esclarecimentos junto a Comissão ou até mesmo impugnar o edital no prazo legal, porém não o fez.

VI – DA CONCLUSÃO:

De tudo quanto dito, esta Comissão de Licitação não dá provimento aos Recursos Administrativos interpostos, mantendo sua decisão de inabilitação das empresas com base na Lei Federal nº 8.666/93. Portanto fica mantida a decisão proferida na Ata do dia 05/09/2022 **INABILITADAS** as empresas: **JCF RIBEIRO ENGENHARIA LTDA - EPP, PILAR CONSTRUÇÕES EIRELI e ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP LTDA**, declarando certame **FRACASSADO**. Porto Velho/RO, aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois às oito horas e cinquenta minutos.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

ERALDA ETRA MARIA LESSA

Presidente

HARRISSON LUCAS OLIVEIRA RODRIGUES

Membro/Substituto

NADIANE DA COSTA LAIA

Membro



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 26/09/2022, às 12:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **HARRISSON LUCAS OLIVEIRA RODRIGUES, Membro**, em 26/09/2022, às 12:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Membro**, em 26/09/2022, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0032412110** e o código CRC **23219078**.

Referência: Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0069.006001/2022-97

SEI nº 0032412110